

O Governo do Mundo e o Crocodilo

SILVA, KELLY C. DA SILVA. *As Nações Desunidas: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas; 2012, p. 456.

Daniel de Lucca

Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP
Bolsista CAPES e integrante da Cooperação Brasileira em Timor-Leste

Situada no cruzamento do Sudeste Asiático com a Oceania, a ilha de Timor tem nos extremos do século XX dois importantes momentos de inflexão histórica. Se no primeiro extremo do século os povos da parte leste da ilha tiveram de enfrentar as sangrentas “guerras de pacificação” empreendidas pelas sucessivas campanhas militares coloniais portuguesas que, ao subjugar violentamente os reinos nativos, conquistarem postos no interior e conseguirem estabilizar a fronteira com a parte oeste da ilha, de soberania holandesa, consolidaram uma *Pax Lusitana* ao estilo próprio da era dos impérios¹; cem anos depois, frente à nova ordem mundial, o cenário não é menos turbulento. No rastro da avassaladora destruição deixada pela retirada do Estado indonésio em 1999, instalou-se uma administração transitória (UNTAET) sob o comando do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, como Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas. Após o ano de 2002, com a restauração da independência da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), um novo regime de poder é estabelecido, sendo que, ao lado do novo governo timorense, continuaram operando as sucessivas missões da ONU, além de ONGs, projetos do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento Asiático, com o objetivo nomeado de edificar o Estado e promover o desenvolvimento. E é deste entramado contexto que trata Kelly Silva, pesquisadora e professora do Departamento de Antropologia da UNB, em seu novo livro: *As Nações Desunidas: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*.

¹ PELISSIER, RENÉ. *Timor em guerre: Le crocodile et les portugais* (1847-1913). Orgeval: Ed. Pelissier, 1996. 368p.

Escrito originalmente como tese de doutorado, defendida em 2004, na Universidade Nacional de Brasília², o trabalho foi publicado em forma de livro oito anos depois. Neste intervalo temporal Kelly Silva continuou visitando o país, aprofundou suas investigações e interlocuções, escreveu e publicou inúmeros artigos sobre Timor-Leste em língua portuguesa e inglesa, além de organizar em co-autoria, duas obras de coletâneas também sobre a temática³. Ainda que amplamente atualizada e contextualizada frente a uma bibliografia mais recente, a etnografia que dá corpo *As Nações Desunidas* foi efetuada entre os anos de 2002 e 2003. A obra registra, portanto, um momento circunscrito da história do país e, ao mesmo tempo demarca o início de um robusto projeto intelectual e pessoal que se estende até os dias de hoje.

Notável na trajetória de pesquisa da autora é a permanente parceria intelectual e de campo com Daniel Simião, também antropólogo brasileiro e estudioso de Timor-Leste, além de seu marido e autor de uma importante tese sobre violência, justiça e gênero em Timor-Leste⁴. Kelly Silva e Daniel Simião parecem atualizar assim, sob uma versão tupiniquim e em pleno século XXI, uma tradição de pesquisas etnográficas efetuadas no decorrer do século XX por outros casais de antropólogos na região do sudeste asiático⁵. Seja como for, Kelly Silva destaca-se hoje, provavelmente, como a mais importante pesquisadora brasileira que se dedica aos temas da experiência social timorense.

A posição da pesquisadora em campo, como mulher, brasileira, casada, falante de língua portuguesa, fluente em inglês e tétum-praça, língua falada hoje pela maioria da população timorense, foi um condicionante fundamental para a quantidade e a qualidade dos conhecimentos produzidos e trabalhados na etnografia. Situada num posto de observação privilegiado, atuando como voluntária no gabinete do primeiro Primeiro Ministro da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), Sr. Mari Alkatiri, integrando a equipe da Unidade de Coordenação e Desenvolvimento de Capacidades (UCDC), a etnógrafa pôde circular entre diferentes setores da cooperação internacional e da elite no país, presenciar importantes eventos políticos, rituais de Estado, cursos de capacitação, além de participar de jantares, *workshops* e reuniões mais restritas. Todos estes encontros e interações

² SILVA, Kelly. *Paradoxos da autodeterminação: a construção do Estado nacional e práticas da ONU em Timor-Leste*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Nacional de Brasília. 2004.

³ SILVA, Kelly; SIMIÃO, Daniel (orgs.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2007. 431 p.; SILVA, Kelly; SOUZA, Lúcio. (orgs.). *Ita maun alin: o livro do irmão mais novo*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. 282 p.

⁴ SIMIÃO, Daniel Schroeter. *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Nacional de Brasília. 2005.

⁵ Como comentado pelo próprio Daniel Simião na introdução de sua tese de doutorado: “Não fomos o primeiro casal de antropólogos a fazer seus périplos juntos pelo sudeste asiático. Ao contrário, esta parece ser uma prática comum na região. Mead e Bateson nos anos 1930 em Bali; Rosemary e Raimond Firth na Malásia, nos anos 1940; Hildred e Clifford Geertz, também em Bali, nos anos 1950 e 60; Keebet e Franz Benda-Beckmann, em Sumatra, nos anos 1980; Michelle e Renato Rosaldo, em Luzon, nos anos 1980; além de Maria Olímpia Lameiras e Henry Campagnolo, em Timor-Leste nos anos 1960.” (Simião, 2005, p. 17)

constituíram trigo para o moinho analítico que move a pesquisa. O resultado dessa etnografia é um material surpreendente, tanto pela gigantesca massa de informações que apresenta, com registros de discursos e ações coletivas, descrição de cenários e análise de documentos, quanto pelo rigor e pelo vigor da coerência que dá articulação ao argumento exposto nas 450 páginas que compõem o trabalho. O livro é, sem sombra de dúvida, uma referência fundamental para a história contemporânea de Timor, e constitui um manancial rico em subsídios para investigações futuras.

De fato, a obra é um estudo sobre a ONU em Timor-Leste que foi escrito a partir de uma perspectiva antropológica. Como uma ciência que historicamente se voltou para o estudo das chamadas “sociedades primitivas”, a antropologia proposta por Kelly Silva se volta não para os “indígenas de Timor”. E esta parece ser uma diferença importante entre o trabalho que tem sido produzido sobre Timor pela antropologia anglo-saxã e aquele proposto pela antropologia brasileira de Kelly Silva e Daniel Simião. Enquanto os primeiros insistem na terminologia de “povos indígenas”, não reconhecendo que este termo não é utilizado entre os próprios timorenses e que não existe como conceito legal na RDTL, e tendem a tratar a vida rural das aldeias como apartadas do mundo urbano e internacional; os últimos fazem questão, sobretudo em seus trabalhos mais recentes, de compreender como a realidade do interior montanhoso – a realidade do *foho*, como se diz em tétum – está imbricada e é, em certa medida, produzida por práticas urbanas e fluxos globais, pelo Estado e pela imaginação nacional⁶. Com isso, neste livro os estrangeiros – *malae*, em língua tétum – é que são tratados como os principais nativos. É uma antropologia da cooperação internacional com as figuras vivas que encarnam a ONU em campo, representantes especiais, *experts*, *advisors* e *interpreters*, todos eles com suas práticas forasteiras, seus rituais e cosmologias, crenças e valores, por vezes muito exóticos, que trazem para a ilha e buscam ali reproduzir.

A obra também é uma etnografia do Estado em prática, do Estado *en train de se faire*, um Estado *work in progress*, *state-building*. Se é verdade que nenhum Estado é uma estrutura acabada e, tal como seu nome sugere, estática, mas sim, uma entidade em permanente dinamismo e processo de feitura, Timor-Leste oferece um contexto único para se analisar um Estado renascido das cinzas de seus dois antecessores, o Estado colonial português e o Estado de exceção indonésio. Deste modo, a obra flagra e descreve uma história do presente timorense, fazendo-se testemunho da fundação das instituições estatais em suas bases.

Mas, sobretudo, o livro é um trabalho que fala de uma relação. A relação entre o governo do mundo e o crocodilo. Governo do mundo é um termo apresentado por uma interlocutora de campo de Kelly Silva, uma agente da ONU que o usa como forma de imaginar e qualificar o trabalho desta

⁶ SILVA, Kelly; SIMIÃO, Daniel. Coping with “traditions”: the analysis of the east-timorese nation building from the perspective of a certain anthropology made in Brazil. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 360-381, 2012; SILVA, Kelly. *Foho versus Dili: The political role of place in East Timor national imagination*. *Realis – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais*, Pernambuco, v. 1, n. 2, p. 144-165, 2012.

organização. Um termo que se presta bem ao entendimento do contemporâneo discurso, por demais, amplo e impessoal, inodoro e incolor, da governança global. Já o crocodilo, além de ser um animal presente em toda paisagem costeira, é a principal referência mitológica entre os povos de Timor para o nascimento da ilha. Os mais velhos, chamados de *katuas*, narram a história na qual a ilha foi originada de um crocodilo gigante que, após uma aventura mítica com um garoto, transformou-se em terra e montanha no meio do mar⁷. E como os estudos têm revelado, a recém alcançada liberdade do crocodilo foi gestada, sobretudo, de fora para dentro, seja pela frente de resistência diplomática, seja pelas transformações estruturais vividas no sistema internacional, ou pela sensibilização passional da opinião pública da comunidade mundial⁸. É, portanto, de uma complicada relação qual trata a autora. Relação esta, na qual a nomeada autodeterminação do crocodilo existe e resiste paradoxalmente graças a múltipla sobredeterminação que parece vir de fora e governar o mundo. Mas é, sobretudo, desta relação entre o governo do mundo e o crocodilo que emerge o aparelho estatal timorense abordado na obra.

Estruturada em sete capítulos, mais apresentação e conclusão, a obra se desenvolve globalmente na direção de fora para dentro, do governo do mundo para o crocodilo. Inicia-se a montante, das alturas do mundo oficial da cooperação internacional e dos parceiros do desenvolvimento; passando pelas relações institucionais nas quais a realidade timorense é completamente inventada e construída a partir do “mundo que o português criou” e do ponto de vista dos agentes da ONU; atravessando as interações informais e as festas dos internacionais na capital; e desaguando, à jusante, nas tensões entre os grupos das elites timorenses, entre as diferentes gerações de retornados da diáspora e aqueles que aqui permaneceram durante os 24 anos de ocupação ilegal indonésia.

A obra centra-se nos paradoxos da cooperação internacional em Timor-Leste, destacando as ambigüidades que ocorrem neste campo frente às relações com as elites timorenses na estruturação do Estado-nação. O sentimento de desencaixe e desconcerto vivido, não só pela autora em campo, mas também por seus interlocutores timorenses e estrangeiros, operou como “pontas de fios a serem puxadas” para a investigação deste “objeto cabeludo” que é o campo da cooperação técnica internacional em Timor-Leste. A multiplicidade de projetos institucionais e de gestão, modelos educacionais e lingüísticos, sistemas jurídicos e econômicos propostos pela cooperação internacional

⁷ Considerado pai fundador que se sacrificou pela vida na/da ilha, ainda hoje muitos timorenses referem-se ritualmente aos crocodilos que por lá passam como *avô*. Esta narrativa oral possui inúmeras versões e, além de constituir objeto para análise estrutural, também tem sido objeto da imaginação escrita e da emergente literatura timorense em língua portuguesa. Ver: CARDOSO, Luíz. O crocodilo que se fez ilha. *Revista Visão*, n. 480, suplemento, 2002; SYLVAN, Fernando. O crocodilo que se fez Timor. In: SYLVAN, Fernando; MARCOS, Artur. (orgs.) *Timor timorense com suas línguas, literaturas, lusofonia...* Lisboa: Colibri. 1995, p. 171-173.

⁸ TANTER, Richard; SELDEN, Mark & SHALON, Stephen R. (orgs.). *Bitter Flowers, Sweet Flowers - East Timor, Indonesia, and the World Community*. Sydney: Pluto Press Australia, 2001. 291 p.

fornecia, e em certa medida fornece ainda hoje, um sentimento de vertigem e indeterminação política que, longe de ser contingencial, é fenômeno constitutivo dos contextos de maciça presença de projetos internacionais para o desenvolvimento.

No período analisado no livro existiam quatro línguas funcionando no interior do Estado: o inglês, sobretudo devido à presença da ONU e de outras agências técnicas; o indonésio, pois, o funcionalismo público timorense, sobretudo de médio e baixo escalão, é majoritariamente constituído pelos antigos operadores da burocracia do “tempo indonésio”; o português, devido ao retorno daqueles que foram educados no “tempo português” e também pela co-oficialização desta língua ao lado do tétum; e o tétum-praça, língua franca, de características crioula e de pouca tradição escrita⁹. Neste mesmo período, havia também quatro referências para a justiça operar em Timor-Leste: as leis indonésias, sempre alvo de acusações de ilegitimidade; as leis de tradição *common law* implementadas pela administração transitória da ONU; a legislação subsidiária portuguesa, de tradição *civil law* e na qual se baseia o atual código da RDTL; e o direito consuetudinário, que administra e constitui, ainda hoje, para a esmagadora maioria da população, a primeira instância dos litígios locais. Notável também, apesar da autora não explorar este aspecto, é que como nos primeiros anos de presença da ONU, circulava, sobretudo na capital, Díli, diferentes referências de valor para o comércio e para a troca¹⁰: o dólar americano, ainda hoje moeda oficial da RDTL; o dólar australiano, devido à maciça presença australiana nas agências técnicas e tropas de paz; a rupia indonésia, ainda hoje muito circulante nas zonas fronteiriças; sem falar nos sistemas de reciprocidade e escambo estruturantes da vida no *foho*, onde, em muitos casos, as relações sociais não são monetarizadas.

A imagem de capa do livro, composta por uma diversidade de interruptores, que vai desde o padrão europeu, indonésio, inglês até o australiano, ainda comuns nos espaços urbanos do país, capta bem este sentido multiforme dos ajustes sociais disponíveis. Mas, afinal, qual a linguagem do Estado? Qual o sistema de justiça a operar? Qual o princípio de valor a reger as trocas? Dada a multiplicidade das conexões e entradas ofertadas, qualquer ação política situa-se numa verdadeira encruzilhada, pois sempre tem de se haver com a desmultiplicadora pergunta primordial: “em qual interruptor plugar para a tomada de ação?”

⁹ Ainda que classificada como tal por estudiosos como Geoffrey Hull e Luis Filipe Thomaz, a definição do tétum-praça como língua crioula é objeto de controvérsias, principalmente entre timorenses que entendem como vexatória esta designação. Dada a presença de pelo menos 15 línguas locais, além das demais línguas internacionais, neste país diminuto de cerca de 1,200 milhão de habitantes, fazem da questão lingüística um tema central para a compreensão de Timor-Leste. Ver: HULL, Geoffrey, *Timor-Leste – Identidade, Língua e Política Educacional*. Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d; THOMAZ, Luís Filipi. *Babel Loro Sa'e. O Problema Linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002. 181 p.

¹⁰ SEIXAS, Paulo Castro. Dili: o limiar pós-colonial. In: *Tempo Exterior – Revista de Análise e Estudos Internacionais*, Espanha, Instituto Galego de Documentação e Informação, n. 2, 2001.

Mas, esta ampla oferta de diferentes modelos é apenas a outra face do conflito sobre qual é o processo civilizatório a ser empregado em Timor-Leste. Daí também vem o feliz título que dá nome ao livro e que acaba por colocar do avesso a qualificação daquela instituição que encarna hoje o governo do mundo: *Nações Desunidas*. Menos que uma união das nações e das nacionalidades, a etnografia de Kelly Silva revela, sobretudo, que no seio da missão da ONU e, de modo mais amplo, das práticas de cooperação internacional, desdobram-se lutas, competições e concorrências entre diversos grupos nacionais buscando potencializar seus nichos de influência e criando zonas de hegemonia no interior do Estado e da sociedade timorense.

A cooperação internacional é tratada como um fato social total no processo de edificação do Estado no período estudado por Kelly Silva. Em todos os órgãos públicos havia agentes da cooperação internacional. Nos diversos ambientes institucionais e outros espaços sociais era possível identificar objetos e equipamentos (computadores, salas, carros, *containers*, prédios) com etiquetas que registravam a procedência das doações (cooperação americana, australiana, portuguesa, japonesa, brasileira) demarcando como os bens repassados fazem parte da identidade daqueles que os ofertam. Também, todos os altos postos da máquina pública (Ministérios, Banco Central e Secretarias de Estado) possuíam respectivos assessores estrangeiros. Tais assessores internacionais tinham por função transferir técnicas e saberes necessários da administração pública a suas contrapartes nacionais, de modo a promover a construção de capacidades (*capacity building*) dos timorenses. O pressuposto consensual e implícito que regia o acordo estabelecido entre os grupos da elite e os doadores internacionais era de que os timorenses seriam incapazes de gerir o Estado.

A etnografia descreve como os assessores tendiam a reproduzir em Timor-Leste o modelo da administração dos seus países de origem, o que dificultava e tornava inviável o trabalho conjunto entre os diversos assessores e altos cargos timorenses. Também as línguas compartilhadas entre assessores internacionais e as contrapartes timorenses produziam um impacto importante, a medida que modificavam as habilidades lingüísticas dos nacionais, bem como, seus perfis profissionais, conhecimentos e desejos de realização institucional. Deste modo, a autora interpreta as doações internacionais e os diversos projetos para o desenvolvimento através da teoria da dádiva – teoria, vale lembrar, cujas etnografias inspiradoras remontam, algumas, à melanésia, região adjacente da ilha¹¹. O emprego de tal referência permite compreender mais claramente como a oferta dos diferentes modelos de gestão vem junto com as próprias doações, ou mais precisamente, são como que condições para o recebimento das dádivas globais. Assim, os presentes acompanham obrigações e deveres, fazendo com que o governo do mundo sempre se sinta no direito de pedir explicações e

¹¹ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA. 1974, p. 37-184.

justificativas sobre o que o crocodilo é ou quer ser. O que coloca problemas concretos relativos à soberania e à liberdade do crocodilo como um ser autônomo.

Mais que tudo a obra nos revela sobre como a política é travestida de não-política. O filósofo Jacques Rancière¹² nos diz que a não-política é o momento em que há uma identidade total entre a soma das diferentes partes e o todo, ou seja, quando não há espaço nem tempo para o “resto”, para a vida nos lugares intermediários que sobram do consenso totalitário, o que impõe o entendimento perfeito entre os interlocutores, sejam doadores, receptores, diferentes cooperações ou parceiros do desenvolvimento. O conflito entre diferentes nacionalidades, valores e perspectivas é fortemente policiado no interior das missões da ONU. Também o discurso da racionalidade técnica dos projetos de cooperação, com suas baterias de questionários, pilhas de gráficos, bancos de dados, toneladas de relatórios, é despolitizante a medida que se funda na ilusão da objetividade não estar sujeita às mesmas dinâmicas sociais as quais busca intervir.

O mesmo Jacques Rancière afirma que a política aparece justamente no desacordo sobre as coisas. Quando um diz “A” e outro diz “A”, e dizendo as mesmas palavras não se entendem, precisamente deste dissenso emerge o conflito que determina a política. É interessante notar como os agentes da cooperação internacional e das elites timorenses são unânimes quanto ao repetitivo mantra da “necessidade das políticas de desenvolvimento”, mas parece haver também uma unanimidade no desacordo sobre em que consistem tais políticas. Neste sentido, a obra de Kelly Silva revela que palavras, algumas delas alçadas ao estatuto de conceito, tais como “desenvolvimento”, “cooperação internacional”, “lusofonia”, “construção de capacidades”, “Estado eficiente”, “funcionalismo público”, entre outras, não são mais que campos polêmicos. A etnografia da autora demonstra como estes conceitos são polissêmicos, alvos de contestações e vocalizações diversas. A análise faz, então, com que a união e a concordância sobre os termos se revelem como um desentendimento governado, e a aparente não-política surja então como resultado de uma política muito específica.

No exame das implicações políticas da ONU e da cooperação internacional em Timor-Leste, Kelly Silva se serve, sobretudo, dos estudos de Michel Foucault sobre a governamentalidade¹³ e do trabalho de James Ferguson sobre o desenvolvimento como uma máquina anti-política¹⁴. Contudo, é no plano propriamente metodológico, no refinado tratamento etnográfico dado a análise dos rituais e das *performances*, onde seja possível identificar a presença e o diálogo com a orientadora de tese, Mariza Peirano¹⁵. A obra é toda composta pela descrição dos contextos e dos estilos nos quais as

¹² RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996. 144p.

¹³ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 590 p.

¹⁴ FERGUNSON, James. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 2007. 336 p.

¹⁵ PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. 178 p.; PEIRANO, Mariza. (org.). *Dito e Feito: ensaios de antropologias dos rituais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2002. 228 p.

ações dos sujeitos se desenrolam. O conjunto destas cenas expõe a negociação de sinais diacríticos entre as diversas nacionalidades e a demarcação de fronteiras lingüísticas e simbólicas entre os agentes implicados. Se no início do século XX a antropologia colonial portuguesa esforçou-se na tentativa de sistematizar a resistente alteridade dos povos da ilha, interpretando-os como “raças de Timor”, através da coleta, medição e classificação de crânios¹⁶, mais uma vez o trabalho de Kelly Silva desloca os cânones da antropologia efetuada em Timor, examinando as formas de interação e articulação existentes entre as alteridades internacionais e os diversos grupos de interesse que compõe o campo da intervenção técnica e estrangeira em Timor-Leste.

A análise centrada nestas “situações internacionais em Timor-Leste” reforça, portanto, a dimensão do presente etnográfico que estrutura a pesquisa. Com exceção da introdução, onde o contexto histórico timorense é apresentado ao leitor, e dos últimos capítulos, onde a interação entre as diferentes gerações da elite timorenses evidencia o problema das temporalidades, a obra tende a correr sobre o solo da sincronia. Mas, o leitor atento às relações históricas que vinculam o contexto pós-conflito às sucessivas guerras ocorridas no território, talvez, se sinta incomodado com um silêncio que perpassa a obra: qual o lugar da cooperação internacional e da ONU na decisão de não criar um tribunal internacional para o inquérito das graves violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado indonésio em Timor-Leste? Não sendo esta a questão que a autora busca responder no livro, não há como negar a pertinência da pergunta. Se os agentes da cooperação interlocutores da pesquisa é que se calam sobre a questão, caberia a antropóloga considerar criticamente este fato, até porque, a relação estabelecida com os principais países doadores (Austrália, Portugal, EUA, Japão, UE) também é atravessada, e de modos muito diferentes, por um certo sentimento de co-responsabilidade pelo genocídio ocorrido em Timor-Leste durante a ocupação indonésia.

Por último, valeria refletir as formas de recepção do livro. Publicado no Brasil e em língua portuguesa, a obra é de fácil acesso aos compatriotas da autora e, provavelmente será objeto de consumo do público ligado ciências sociais e humanas. No entanto, o livro ainda parece não ser acessível ao crocodilo, talvez a parte que deveria estar mais interessada, visto que se trata, como dito acima, de um trabalho que narra um momento importante de sua história contemporânea e constitui fonte para estudos e pesquisas futuras.

Ainda hoje, a quase totalidade das pesquisas científicas de peso sobre Timor-Leste são escritas por *malae* (estrangeiro), em língua considerada *malae* e para o público *malae*, ou pelo menos este é o público majoritário que acaba por usufruir destes estudos. Além disso, no jovem ambiente universitário timorense, onde a apropriação da obra seria de importância fulcral, as práticas de leitura e a presença de bibliotecas, são fenômenos raros, mais ainda é o manuseio da língua portuguesa.

¹⁶ ROQUE, Ricardo. *Headhunting and Colonialism: anthropology and the circulation of human skulls in the portuguese empire, 1870-1930*. (Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series), Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2010. 360p.

Parece que ali, como em outras instituições públicas de Timor-Leste, a multiplicidade de interruptores disponíveis, traduzidos na forma do plurilinguismo concorrencial e das várias tradições acadêmicas nacionais que competem entre si, dificultam a possibilidade de se plugar o livro à energia viva do leitor estudante timorense. Seja como for, esta é mais uma batalha que o ensino superior, como instituição do Estado, deverá decidir em seus anos futuros: como governar a babelização que prolifera entre as salas de aula, textos e materiais universitários hoje?

Recebido em 9 de Maio
Aprovado em 16 de Maio